

O QUE É RURAL? O QUE É URBANO? E A EDUCAÇÃO?*

Salvador M. Trevizan*

Quando se discutem propostas educacionais ajustadas para os novos tempos, freqüentemente coloca-se a dúvida sobre qual seria um currículo adequado para o meio rural, como que sugerindo uma diversidade entre currículo para a escola urbana e currículo para a escola rural. Embora se entenda que tal preocupação resulta de uma história de dominação do urbano sobre o rural, neste texto, entretanto, argumenta-se que tal dúvida ou questão não está adequadamente formulada. Mas, antes de falar em educação rural ou urbana, é preciso definir o que se entende por rural e por urbano. É sobre esta questão conceitual que se utiliza a maior parte desse espaço, para, no final, tecermos breves considerações sobre que tipo de educação se vislumbra, para se ajustar às transformações que vêm acontecendo nesses dois contextos que chamamos rural e urbano.

A discussão sobre o que é rural é antiga na Sociologia. Até os anos 70, predominava uma abordagem dualista nesta conceituação. Isto é, rural e urbano eram vistos como duas realidades rivais que co-existiam paralelas e independentes uma da outra. Freqüentemente identificava-se rural com produção agrícola. Alguns estudiosos chegaram a encontrar nessa dicotomia um dos principais fatores do subdesenvolvimento. O rural seria pobre atrasado porque toda a política estaria voltada para os interesses urbanos. Na década de 80, nos EUA, formou-se uma corrente que abandonou a idéia de trabalhar com Sociologia Rural e passou a trabalhar com Sociologia da Agricultura, a fim de fugir de discussões conceituais sobre o que seria exatamente Rural.

No Brasil, a visão dualista aparece com freqüência nos romances do século XIX, onde se retrata o rural como o exótico, caracterizado como pobreza cultural, com categorias sociais rudes, de mentalidade estreita, confrontando com o urbano, culturalmente desenvolvido, de valores culturais avançados e superiores, etc. Esteriótipos dessa natureza perduram ainda hoje. No período das festividades juninas, por exemplo, especialmente no Nordeste, predomina uma caricaturização do rural como o atrasado, pobre, com figuras humanas exóticas. A mídia tem explorado com freqüência esses

· Texto base da palestra do professor realizada no encontro regional do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC) e da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), preparatório para a Conferência Estadual do FEEC e RESAB na Bahia. Ilhéus, 27.09.2003. Texto revisado em fevereiro de 2006.

* Sociólogo, professor e pesquisador do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual Santa Cruz – UESC. salvador@uesc.br

aspectos. É sempre o urbano fazendo chacota do modo de vida rural, como se o modo de ser no primeiro fosse superior ao segundo.

Nos anos 60 e 70, esta visão dualista rural-urbano passou a ser considerada inadequada. O Antropólogo Robert Redfield apresenta uma análise em que considera rural e urbano como sendo duas partes interrelacionadas de um único todo. No Brasil, M. Isaura P. de Queiroz¹, publica um trabalho nos anos 70, seguindo essa mesma abordagem. Nesta perspectiva, desenvolve-se uma análise de sociedade global. Assim, teríamos, na história três formas de sociedade global: a tribal, a agrária e a urbana.

Na **sociedade tribal** não havia divergência entre o rural e o urbano (mas também não havia o urbano). Ali, as relações sociais eram face-a-face, profundamente permeadas de afetividade (em oposição ao racional) e cada grupo ou família cuidava de sua subsistência, formando unidades independentes. Na **sociedade agrária**, a cidade existe como um centro político-administrativo que organiza e domina o meio rural, mas é inteiramente estruturada pelo rural. Ou seja, há uma predominância do rural sobre o urbano. O campo é o setor produtivo, e o urbano é o consumidor. A maior parte da população está envolvida na produção (em torno de 20 camponeses alimentam um cidadão). As relações sociais, embora sejam mescladas por relações indiretas e indiferentes, ainda predomina a afetividade sobre o racional. Na **sociedade urbana**, a partir da revolução industrial, a cidade começa a se libertar, do ponto de vista econômico, da dependência com o rural, em função do desenvolvimento tecnológico que permitiu a produção de alimentos no urbano. A sociedade se tornou, então, produtora por excelência e teria passado a impor sobre o rural seu modo de vida. Aqui, a maior parte da população se ocupa com a indústria e serviços, e vive na cidade. Agora, um agricultor garante a subsistência de seis cidadãos. As relações sociais se tornam mais e mais indiretas e indiferentes do ponto de vista emocional. O urbano passou, então a ser visto como o espaço de produção industrial e oferta de serviços, enquanto que o rural o espaço de produção agrícola.

A densidade demográfica e a divisão social do trabalho são vistas como os principais fatores de todas essas mudanças de um tipo de sociedade global para outro.

¹ QUEIROZ, M. I. P. (1978). "Do Rural e do Urbano no Brasil". In-----, Cultura, Sociedade, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. Pp. 46-67.

Numa perspectiva Durkheimiana, segundo Friebie e Al-Khalifah (1991)², essa maior divisão do trabalho representa uma adaptação positiva do aumento populacional e da densidade social (transporte e comunicação), através dos quais a organização social é facilitada pela urbanização e pelo desenvolvimento econômico.

Mas as transformações sociais, especialmente na área tecnológica, a expansão dos serviços, tais como de energia elétrica, comunicação e transportes, vêm produzindo novas transformações no setor produtivo e na oferta de serviços em áreas até então consideradas rurais, a ponto de se colocar em xeque onde começa o rural, onde termina o urbano e quais as reais diferenças entre rural e urbano. No que diz respeito à produção, a agricultura deixou de ser sinônimo de rural. De um lado, a produção que tradicionalmente tem dependido da terra e se restringido ao chamado rural, hoje, através da biotecnologia, torna-se possível, mesmo sem terra. A indústria pode ser suprida de matéria prima através de laboratórios, dispensando a terra como bem de produção. Para o consumo direto, encontra-se, em todos os recantos, inclusive em áreas urbanas, a produção hidropônica, por exemplo. Por outro lado, o rural que antes era visto como um mercado de trabalho restrito à produção agrícola, hoje oferece outras alternativas de emprego. Conforme Schneider e Navarro (1998)³, “mesmo em regiões ‘essencialmente rurais’, são os setores não-agrícolas que oferecem as maiores possibilidades de emprego no meio rural.” Isto acontece em quase todos os países industrializados. Estudo feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que a taxa de mão-de-obra ocupada na agricultura dos países industrializados vem caindo a cada ano e que a população, mesmo residindo no meio rural, desenvolve ocupações não ligadas diretamente à produção agrícola. Nesses países, o conceito de rural, hoje, está vinculado à densidade demográfica regional. Por isto, passou-se a considerar regiões essencialmente rurais aquelas em que mais de 50% da população vive em áreas com menos de 150 hab/Km²; relativamente rurais, aquelas em que de 15% a 50% da população vive em áreas com menos de 150 hab/km²; e essencialmente urbanas aquelas em que menos de 15% da população vive em áreas com menos de 150 hab/km².

² FRISBIE, W. Parker e AL-KHALIFAH, Abdullah H. M. (1991). “Rural-to-Urban Transition and the División of Labor: Evidence from Saudi Arabia”. *Rural Sociology*, 56(4): 646-659.

³ SCHNEIDER, Sérgio e NAVARRO, Zander (1998). “Agricultura e Novas formas de Ocupação no Meio Rural (Um Estudo Sobre as Tendências Recentes)”. In: AGUIAR, Danilo R. D. & PINHO, José B. (Editores). *O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perpectivas*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Vol. II, pp. 617-634.

Tabela 1. Países selecionados da OCDE. Participação da agricultura no emprego regional, 1990 (% do emprego total).

Países	Média Nacional	Regiões Essencialmente Rurais	Regiões Relativamente Rurais	Regiões Essencialmente Urbanas
Canadá	4.6	10.9	3.3	1.2
Estados Unidos	3.3	5.9	2.4	1.6
Austrália	4.5	14.7	4.3	0.7
Japão	7.1	14.1	8.5	2.4
Áustria	6.2	13.3	4.1	0.8
Bélgica	2.5	9.3	3.0	2.2
Finlândia	8.5	16.0	5.3	0.7
França	5.7	10.8	5.5	1.0
Itália	9.9	16.0	13.5	5.7
Holanda	4.6	–	6.5	4.3
Portugal	10.6	22.9	10.0	2.8
República Tcheca	11.6	22.3	13.1	2.7
Espanha	11.1	25.0	13.8	2.6
Suíça	4.1	9.5	6.3	2.1
Reino-Unido	2.4	10.3	4.2	1.0

Notas: (–) Não aplicável. Fonte: OCDE (Apud, Schneider e Navarro, 1998).

Tabela 2. Países selecionados da OCDE. Taxa de crescimento anual do emprego, 1980-1990 (% de variação anual)

Países	Média Nacional		Regiões Essencialmente Rurais		Regiões Relativamente Rurais		Regiões Essencialmente Urbanas	
	Agricultura	Não-Agrícola	Agricultura	Não-Agrícola	Agricultura	Não-Agrícola	Agricultura	Não-Agrícola
Canadá	0.4	1.6	0.2	1.5	0.2	2.4	1.9	1.3
EUA	-0.3	1.8	-1.3	1.5	0.8	2.0	2.8	1.9
Austrália	-1.7	1.4	-2.0	1.7	-0.9	1.8	-1.0	1.1
Japão	-3.3	1.4	-3.1	0.8	-3.4	1.3	-3.2	1.8
Áustria	-3.1	0.7	-3.4	0.8	-2.5	0.9	-1.6	0.4
Bélgica	-1.6	0.2	-1.3	0.6	-1.6	-0.3	-1.7	0.3
Finlândia	-3.4	0.9	-3.5	0.6	-3.3	0.6	-0.8	1.9
França	-4.0	0.8	-4.2	0.7	-3.8	1.0	-3.5	0.5
Holanda	0.9	2.7	–	–	-1.4	3.3	1.6	2.6
R. Tcheca	-0.3	0.2	-0.7	0.2	-0.3	0.1	2.5	0.2
Espanha	-2.1	1.1	-1.1	1.3	-2.8	0.2	-1.7	1.8
Suécia	-3.1	1.3	-3.0	1.3	-3.6	1.3	-2.3	1.4
Suíça	-2.7	1.8	-3.2	2.1	-2.9	2.4	-2.0	1.5

Notas: (–) Não aplicável. Fonte: OCDE (Apud, Schneider e Navarro, 1998).

Mesmo as regiões relativamente rurais, a participação da agricultura na geração de emprego é, geralmente menor do que a média nacional (Tabela 1). E, nas regiões

essencialmente agrícolas, a taxa de crescimento de ocupações de atividades não-agrícolas é sempre positiva, enquanto que a taxa de ocupação em atividades agrícolas é negativa (Tabela 2).

Além disto, crescem as taxas de pessoas residindo em áreas rurais com múltiplas ocupações, ocupadas na agricultura apenas parte do tempo, desenvolvendo as atividades também na área urbana.

Como fatores que estariam contribuindo para a expansão de atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos, aponta-se:

- 1) O disseminado e intenso processo de modernização tecnológica,, dispensando mão-de-obra, e a inserção das mulheres (esposas de agricultores) em atividades não agrícolas;
- 2) O crescimento da produtividade agrícola e do volume global da produção agrícola nos países desenvolvidos, na 2ª metade do Século XX;
- 3) O apoio e estímulo das políticas públicas para fazer face à queda na renda do setor agrícola, desintensificação da atividade agrícola para amenizar problemas da superprodução, e aliviar o problema do desemprego urbano-industrial;
- 4) O fato da agricultura familiar ser a modalidade dominante em países desenvolvidos, permitiu o desenvolvimento da pluriatividade e o trabalho agrícola parcial;
- 5) A descentralização industrial para áreas não-urbanas.

No Brasil, estudos mostram que, nas duas últimas décadas (80 e 90), houve um crescimento da PEA rural, maior do que a PEA agrícola, revelando que mudanças estruturais estariam ocorrendo nas formas de ocupação e emprego da agricultura, tais como: queda na rentabilidade dos principais produtos agrícolas e aumento da produtividade em função de tecnologia nova adotada. Graziano da Silva⁴, com dados na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNADs de 1981, 1986 e 1990), mostra que, também no Brasil, as ocupações no meio rural vêm crescendo mais do que as ocupações em atividades agrícolas. A PEA não agrícola cresceu 3,5% ao ano no Brasil e em São Paulo, região mais densamente povoada, cresceu 10%. Assim, a PEA não-agrícola rural estaria em 22,8% no Brasil e 44% em São Paulo. Desta forma, pode-se concluir que são as atividades não-agrícolas que estão segurando gente no campo (cerca de 384 mil pessoas), não as atividades agrícolas.

⁴ GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, pp. 43-81, 1997.

Couto e Couto Filho (1998)⁵ mostram que na Bahia, no período de 92 a 95, ali também cresceram substancialmente os percentuais de população rural parcialmente ocupada em atividades não agrícolas.

Tabela 3. Taxa de Crescimento ao Ano e Variação (em mil pessoas) das Pessoas Ocupadas por Grupo de Horas Habitualmente Trabalhadas por Semana no Trabalho Principal Segundo a Atividade, a Posição na Ocupação e a Situação do Domicílio, Bahia, 1992 2 1995.

	Taxa de Crescimento aa 1992-95			Diferença 1995-92		
	+ de 1h	até 14h	+ de 15h	+ de 1h	até 14h	+ de 15h
Setor Rural	1.6	19.6	0.3	113.6	90.2	23.4
Atividade Agrícola	0.8	19.2	-0.5	48.7	79.6	-30.9
Empregados	-2.4	28.9	-2.4	-34.1	0.9	-35.1
Conta Própria	0.2	12.9	-0.1	3.6	6.0	-2.4
Empregadores	9.4	–	9.4	4.4	0.0	4.4
N. Remunerados	0.9	-1.8	1.1	21.2	-2.5	23.6
Trab. na prod. p/ o próprio consumo	8.4	34.2	-5.3	53.7	75.1	-21.4
Atividade Não-Agrícola	6.2	22.8	5.4	64.9	10.6	54.3
Empregados	7.2	5.0	7.3	34.3	0.6	33.7
Trab. Domésticos	11.2	32.7	10.6	10.4	0.8	9.7
Conta Própria	3.6	24.0	2.2	13.4	5.8	7.5
Empregadores	7.9	-100.00	9.3	1.6	-0.2	1.8
Não Remunerados	5.2	47.6	-0.2	3.6	3.7	-0.1
Trab. na constr. p/ o próprio uso	-100.00	–	-100.00	-5.9	0.0	-5.9
Setor Urbano	4.2	6.4	4.1	364.8	23.7	341.1
Atividade Agrícola	3.1	0.1	3.4	40.4	0.1	40.3
Atividade Não-Agrícola	4.4	9.0	4.2	324.4	23.6	300.8

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano – Tabulações Especiais (*Apud*, Couto e Couto Filho, 1998).

A Tabela 3 mostra que, em torno de 23% da população ocupada desenvolve atividades não agrícolas no meio rural, contra 19,2% que desenvolve atividades agrícolas.

Segundo Couto Filho (Op. cit.), a presença de multiatividades no meio rural e da atividade agrícola em tempo parcial não se restringe às áreas industrializadas e desenvolvidas, mas estende-se também a áreas atrasadas e pobres. O Nordeste brasileiro pode ser um exemplo disso. Os dados mostrados para a Bahia sugerem que a pobreza e a falta de trabalho levam as pessoas a buscarem alternativas para sobreviver no meio rural, enquanto que no meio urbano incha-se o setor terciário. No estado, 43% da população ocupada é rural (o maior contingente absoluto do país). Talvez em três ou quatro regiões

⁵ COUTO, Vitor de Athayde & COUTO FILHO, Vitor de Athayde (1998). “A Urbanização do Trabalho Rural”. In: AGUIAR, Danilo R. D. & PINHO, José B. (Editores). O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Vol. II, pp. 589-602.

baianas poder-se-ia dizer que a pluriatividade e o trabalho parcial na agricultura seria uma decorrência do processo de modernização e industrialização – Barreiras, Juazeiro, Região Cacaueira antes e depois da crise, e parte do Recôncavo. De um modo geral, o agricultor parcial estaria associado à estrutura fundiária, com predomínio de minifúndios, à falta de competitividade dos estabelecimentos e à expansão da pecuária extensiva.

Além de se analisar numa perspectiva global, isto é, rural e urbano como formando de um todo e não como duas realidades independentes, sente-se a necessidade de, praticamente, ter-se de abandonar a idéia de campo-cidade para fins de planejamento e de políticas públicas. Se tomarmos em conta as três categorias da OCDE – essencialmente rural, relativamente rural e essencialmente urbano – pode-se pensar na existência de um contínuo, onde teríamos num extremo, situações extremamente urbanizadas (megalópolis) e, noutro extremo, situações totalmente desocupadas. A idéia de um contínuo não permite que se trabalhe como se houvessem duas realidades, mesmo que seja de forma integrada.

Estas mudanças na estrutura da PEA, com trabalhadores em tempo parcial no setor agrícola e com pluriatividades, são fenômenos que resultam, no caso brasileiro, não apenas da queda dos rendimentos agrícolas e da liberação do tempo de trabalho agrícola, em função da tecnologia introduzida no processo produtivo, mas também por que as cidades já não oferecem condições favoráveis de trabalho para algumas empresas, porque cresce a demanda por moradia no meio rural, com melhores condições de vida para pessoas aposentadas, especialmente quando há bom acesso a meios de comunicação e de locomoção. Começam a existir, portanto, no meio rural, fatores de atração e, no meio urbano, fatores de repulsão. Os fatores de atração estariam centralizados nas novas perspectivas de trabalho e nas possibilidades de melhores condições de vida no meio rural.

No caso brasileiro, as perspectivas de trabalho no meio rural vêm resultando de atividades emergentes relacionadas à moradia, ao lazer, turismo (ecoturismo, turismo rural, turismo em fazenda), preservação/conservação ambiental, infra-estrutura etc. Serviços públicos que antes eram exclusivos da cidade, vão ocupando espaços rurais como energia elétrica, água encanada, tratamento sanitário, saúde, educação, transporte público... Também crescem os serviços privados, especialmente aqueles ligados à produção, comercialização, mecânica de motores, escritórios, serviços domésticos... Vale também destacar o papel das novas atividades agropecuárias, neste processo de mudança estrutural, gerando novos nichos de mercado: floricultura, criação de animais silvestres (javali, capivara, jacaré, tartaruga, avestruz, aves exóticas), ervas medicinais, aromáticas,

aqüicultura, horticultura diversificada, agricultura orgânica, hidroponia, etc. Todas essas atividades atraem mão-de-obra urbana para o rural e contribuem para aumento de renda dos agricultores. A expansão das ONGs e as instituições públicas de pesquisa e extensão, têm tido papel importante para a expansão de mão-de-obra de nível superior (especialmente de recém-formados) no meio rural.

Enfim, parece que os conceitos de rural e de urbano vão se diluindo cada vez mais. Pensar e agir de forma integrada, superando a dualidade rural-urbano também não se apresenta mais como uma estratégia adequada. Esta não ultrapassaria os limites do município, que também não satisfaz. Vive-se atualmente uma situação de estrangulamento entre as administrações locais baseadas na divisão política de municípios que, geralmente, foram definidos de forma arbitrária, não obedecendo as características físicas, os recursos, nem a dinâmica sócio-espacial, e a necessidade de se partir para um novo modelo de gestão pública que leve em consideração as características naturais e construídas dos espaços. As propostas mais avançadas que se fazem hoje no Brasil procuram superar tanto a abordagem dualista quanto a abordagem de âmbito municipal. Para tanto, tenta-se reproduzir, de certa forma, a perspectiva dos países industrializados do Primeiro Mundo, de planejamento e de políticas de âmbito regional, onde o critério básico é a densidade demográfica regional e não o urbano e o rural.

Em termos educacionais, as novas abordagens propõem para o rural currículos diferenciados que levem em consideração a realidade rural, particularmente as relações sociais, os aspectos produtivos e culturais, tentando corrigir a dominação do urbano sobre o rural. De certa forma, tal perspectiva educacional, traz de volta a dicotomia rural-urbano, na medida em que se pensa em políticas e programas específicos para uma realidade e outra.

Proposta Alternativa de Planejamento e Definição de Políticas

Entende-se que a abordagem regionalizante, definindo-se políticas específicas a depender da densidade demográfica de cada região, também não se parece apropriada para um país com níveis extremamente diferenciados em termos de desenvolvimento social e de infra-estrutura como no Brasil. O critério demográfico não pode ser utilizado para retratar níveis de urbanização em regiões altamente diferenciadas nos aspectos de desenvolvimento social, de infra-estrutura e de serviços. Assim, por exemplo, cidades de porte médio em

termos demográficos, no Nordeste, apresentam aspectos muito inferiores às do Sul e Sudeste, em termos de infra-estrutura e de serviços.

Entende-se que, para fins de planejamento e definição de políticas, devam ser consideradas as características e os fluxos dos componentes naturais, sociais e econômicos.

1. Fluxos dos componentes naturais: clima (temperaturas, luminosidade e energia solar, pluviosidade, ventos); os mananciais aquáticos (bacias hidrográficas, nascentes, volumes de água, potencialidades para o consumo e geração de energia); características (biodiversidade) e fluxo de produção e reprodução da fauna e da flora; características topográficas, do solo e do sub-solo (constituição física e química, fertilidade). Entendem-se como fluxos a dinâmica desses componentes naturais, seja em função dos fenômenos da própria natureza, seja em função da ação humana. Tais fluxos seriam tomados como base para a construção do conhecimento das ciências naturais, como química, física, biologia e outras dessas derivadas.

2. Fluxos sociais: mobilidade das pessoas, individualmente ou em grupo, para atender suas necessidades, desejos, obrigações (lazer, religião, saúde, educação, trabalho, compras, vendas, etc.).

3. Fluxos econômicos: produção (o que se produz, como se produz – insumos e produtos, onde se produz, relações de produção); distribuição da produção (como é feita a distribuição, destino da produção, como são formados os preços, quem fica com que parcela do preço final); industrialização/consumidor final (quem são).

O que aqui se chama de fluxos sociais e econômicos constituiria a base para a construção dos conhecimentos das ciências sociais e humanas. As relações (de conflito ou de cooperação), as organizações e instituições sociais que se estabelecem a partir de tais fluxos, bem como sistemas de produção e de consumo, poderiam ser pontos de partida para a construção do conhecimento nestas áreas.

Se o ponto de partida for o sistema de produção, a elaboração dos conteúdos programáticos das disciplinas estaria nas respostas a uma série de questões, tais como: O que se produz? Como se produz (tecnologia utilizada)? O que se vende? Para quem se vende? Quem são os consumidores finais? Que insumos são utilizados no processo de produção? Quais são os resíduos gerados no sistema de produção? Qual é a relação insumo/produto? O que se faz com os resíduos gerados? Quem recebe o que no processo de distribuição dos produtos gerados? Que relações sociais se estabelecem no processo de

produção e distribuição dos produtos gerados? Qual é a trajetória do que se produz até o consumidor final?

O ponto de partida pode ser o sistema de consumo. Neste caso, os conteúdos seriam elaborados a partir de respostas a questões do tipo: O que se consome no ecossistema? De onde vem o que se consome? Quem produz? Como é produzido? Que insumos são utilizados no processo de produção dos produtos aqui consumidos? Quais são os resíduos gerados no processo de produção do que consumimos? O que é feito desses resíduos? Qual é trajetória dos produtos ou mercadorias que consumimos, desde sua produção até nós?

Disciplinas instrumentais como Matemática, Estatística, Informática, entre outras, permeariam os vários fluxos.

Trata-se, portanto, de considerar o que entra, o que é gerado internamente e o que sai, de uma determinada unidade espacial ou território. Em suma, estamos falando de ecossistema e do fluxo de pessoas, de recursos/energia no ecossistema. São esses fluxos que deverão ser utilizados como critérios para se definir cada ecossistema. E as políticas públicas, ou seja, a administração pública deixaria de se basear nos limites definidos pela divisão política (municipal), mas na unidade espacial definida pelo ecossistema. Assim, a divisão política passa a ser o ecossistema.

Os fluxos dos recursos humanos, culturais e energéticos abrangerão também aspectos demográficos, não como critério definidor, mas de forma apenas circunstancial. A perspectiva regional também fica contemplada, mas de forma natural, não por decreto, como é no caso de se planejar e definir políticas de acordo com uma divisão arbitrária do território, mas pela dinâmica da natureza e das forças sociais.

A Educação Numa Perspectiva Sistêmica

Como a educação entra numa abordagem sistêmica como a que se propõe? Tanto o planejamento, quanto as políticas e os currículos educacionais deverão se ajustar a dinâmica e abrangência de cada ecossistema. Assim procedendo, não faz mais sentido falar de educação rural e de educação urbana, pois é a dinâmica do ecossistema que passa a ser objeto imediato do processo ensino-aprendizagem. Se o ponto de partida do currículo escolar está no sistema de produção e de consumo, tanto quem reside nos espaços urbanos, quanto quem reside nos espaços rurais deverá percorrer a mesma trajetória do conhecimento de ir e vir, orientados por uma série de questionamentos relativos ao sistema

de produção e de consumo. Afinal, todo ser humano produz algum bem ou serviço, e consome algum bem ou serviço.

Nesta perspectiva, a essência dos currículos escolares seria definida pelas características do ecossistema, entendido este como a dinâmica entre um complexo de fatores naturais e humanos em constante interação, constituindo-se em unidade territorial sócio-ambiental. Os conteúdos programáticos manteriam homogeneidade dentro do mesmo ecossistema. A escola situada em área rural não teria que se preocupar em preparar o estudante para o trabalho agrícola, assim com a escola urbana não tem que se preocupar em treinar mão-de-obra para trabalhos tipicamente urbanos. A escola trabalharia treinando mão-de-obra para a cadeia produtiva ou cluster que se realiza no ecossistema. Como todo ecossistema é uma unidade não totalmente fechada, com alguma abertura para um ecossistema maior, ao se falar em cadeia produtiva, forçosamente, é preciso, em algum momento, ultrapassar o ecossistema local/regional, quando produtos nele produzidos são consumidos fora dele, ou quando nele consumidos, são produzidos em outro ecossistema. A educação atuaria, assim, numa visão totalizante e interdisciplinar, onde os conceitos de município, de rural/urbano se diluem.

Tem-se consciência de que se está propondo algo que, na prática, é complexo por exigir uma série de alterações estruturais, especialmente na área política, e um esforço na construção de novos conhecimentos, particularmente orientados para a definição de ecossistemas regionais. Tal dificuldade não deve nos prender e nos imobilizar. Ao contrário, se os profissionais de educação e formuladores e definidores de políticas, particularmente aquelas orientadas para uma educação transformadora e ajustada para um futuro que se vislumbra, entenderem que há muito por se fazer, ter-se-á dado um passo importante. Estimula-se para que os profissionais de ensino exercitem esta proposta, no sentido de elaborar conteúdos programáticos, desde as séries iniciais até a conclusão do ciclo básico, tendo em vista os fluxos dos componentes naturais, os fluxos sociais e econômicos do ecossistema regional. Obviamente, exige-se também que, simultaneamente, os profissionais das várias áreas do conhecimento não meçam esforços para, num mutirão interdisciplinar ou pelo menos multidisciplinar, definir em nível regional os vários fluxos que caracterizam o ecossistema.